

## CRIMINALIDADE NAS ÁREAS RURAIS: DESAFIOS E SOLUÇÕES

CRIMINALITY IN RURAL AREAS: CHALLENGES AND SOLUTIONS

CRIMINALIDAD EN ZONAS RURALES: DESAFÍOS Y SOLUCIONES

Marcos Severiano Pereira - marcos.severiano@hotmail.com

Submissão em: 19/01/2024

Aceito em: 13/03/2024

### RESUMO

Este estudo aborda a complexidade da criminalidade em áreas rurais, destacando-se de ambientes urbanos por uma gama de delitos e desafios específicos, influenciados por fatores como baixa densidade populacional, escassez de oportunidades econômicas, isolamento geográfico e barreiras culturais. O estudo ressalta a necessidade de cooperação interinstitucional, investimento em recursos e formação adequada de agentes, bem como a participação comunitária em estratégias preventivas. A pesquisa revela um aumento de 114% em crimes violentos letais intencionais (CVLI) em áreas rurais em 2022, superando as taxas urbanas. Predominam crimes como homicídios, latrocínios e lesões corporais, com maior incidência entre jovens do sexo masculino de baixa escolaridade. Fatores como pobreza, desigualdade e disputas por recursos naturais agravam o cenário, embora não sejam os únicos determinantes da criminalidade rural. O objetivo do estudo é analisar os tipos mais comuns de crimes, suas causas e consequências para comunidades rurais, avaliando estratégias de prevenção e combate ao crime nesse contexto e identificando lacunas. Propõe-se a formulação de políticas públicas e ações práticas, com foco especial na Região Norte do Brasil. O estudo espera contribuir para o diálogo sobre criminalidade rural e incentivar a implementação de medidas eficazes para essa questão urgente, utilizando dados de fontes oficiais, pesquisas acadêmicas e notícias relevantes.

**Palavras-chave:** Criminalidade Rural, Segurança Pública, Prevenção ao Crime, Desigualdade Social, Políticas Públicas

### ABSTRACT

This study addresses the complexity of criminality in rural areas, distinguishing it from urban environments through a range of specific crimes and challenges, influenced by factors such as low population density, scarcity of economic opportunities, geographic isolation, and cultural barriers. The study highlights the need for interinstitutional cooperation, investment in resources, and proper training of agents, as well as community participation in preventive strategies. The research reveals a 114% increase in intentional lethal violent crimes (ILVC) in rural areas in 2022, surpassing urban rates. Crimes such as homicides, robberies resulting in death, and bodily harm are predominant, with a higher incidence among young males with low educational levels. Factors such as poverty, social inequality, and disputes over natural resources exacerbate the situation, although they are not the sole determinants of rural criminality. The study aims to analyze the most common types of crimes, their causes, and consequences for rural communities, assessing strategies for crime prevention and combat in this context and identifying gaps. It proposes the formulation of public policies and practical actions, with a special focus on the North Region of Brazil. The study hopes to contribute to the dialogue on rural criminality

and encourage the implementation of effective measures for this urgent issue, using data from official sources, academic research, and relevant news.

**Keywords:** Rural Criminality, Public Safety, Crime Prevention, Social Inequality, Public Policies

## RESUMEN

Este estudio aborda la complejidad de la criminalidad en áreas rurales, destacándose de los entornos urbanos por una gama de delitos y desafíos específicos, influenciados por factores como baja densidad poblacional, escasez de oportunidades económicas, aislamiento geográfico y barreras culturales. El estudio resalta la necesidad de cooperación interinstitucional, inversión en recursos y formación adecuada de agentes, así como la participación comunitaria en estrategias preventivas. La investigación revela un aumento del 114% en crímenes violentos letales intencionados (CVLI) en áreas rurales en 2022, superando las tasas urbanas. Predominan crímenes como homicidios, robos con resultado de muerte y lesiones corporales, con mayor incidencia entre jóvenes varones de baja escolaridad. Factores como la pobreza, desigualdad y disputas por recursos naturales agravan el escenario, aunque no son los únicos determinantes de la criminalidad rural. El objetivo del estudio es analizar los tipos de crímenes más comunes, sus causas y consecuencias para las comunidades rurales, evaluando estrategias de prevención y combate al crimen en este contexto e identificando lagunas. Se propone la formulación de políticas públicas y acciones prácticas, con un enfoque especial en la Región Norte de Brasil. El estudio espera contribuir al diálogo sobre la criminalidad rural e incentivar la implementación de medidas eficaces para esta cuestión urgente, utilizando datos de fuentes oficiales, investigaciones académicas y noticias relevantes.

**Palabras clave:** Criminalidad Rural, Seguridad Pública, Prevención del Crimen, Desigualdad Social, Políticas Públicas

## 1 INTRODUÇÃO

A criminalidade em áreas rurais apresenta desafios distintos quando comparada àquela em ambientes urbanos. Caracterizada por uma ampla gama de delitos e obstáculos significativos à investigação, essa realidade é influenciada por fatores como a baixa densidade populacional, a escassez de oportunidades econômicas, o isolamento geográfico e as barreiras culturais que podem inibir a denúncia de crimes. Além disso, as autoridades encarregadas da segurança rural enfrentam complexidades como jurisdições vastas, recursos limitados e treinamento inadequado. Para aprimorar a eficácia do policiamento nas áreas rurais, é fundamental estreitar a cooperação interinstitucional, investir em recursos, proporcionar formação adequada aos agentes e envolver ativamente a comunidade em estratégias preventivas (Weisheit; Falcone; Wells, 1994).

O Brasil, com sua vasta extensão territorial e uma parcela significativa de sua população residindo em áreas rurais, enfrenta um desafio considerável em relação à segurança pública. De acordo com o IBGE, em 2022, aproximadamente 15,5% da população brasileira residia em regiões rurais, o que acentua a relevância deste estudo. A vulnerabilidade dessa população às dinâmicas da criminalidade é notória, com a falta de infraestrutura de segurança, a distância dos centros urbanos e as dificuldades de acesso à justiça contribuindo para essa vulnerabilidade (IBGE, 2022).

A criminalidade nas áreas rurais não apenas prejudica as vítimas em termos de danos materiais, físicos e psicológicos, mas também pode inibir o desenvolvimento

dessas regiões, levando ao êxodo de seus habitantes devido à insegurança. Neste contexto, este estudo se propõe a analisar a literatura disponível sobre a criminalidade nas áreas rurais do Brasil, concentrando-se nos seguintes aspectos: os tipos de crimes mais comuns, as causas subjacentes a essa problemática, as consequências para as comunidades rurais e possíveis soluções para mitigar esses desafios. Para sustentar nossa análise, utilizaremos dados de fontes oficiais, como IBGE, IPEA, CNA e Ministério da Justiça e Segurança Pública, além de pesquisas acadêmicas e notícias relevantes sobre o tema. Espera-se que esta pesquisa contribua significativamente para o diálogo em torno da criminalidade nas áreas rurais e incentive a implementação de medidas eficazes para enfrentar essa questão premente.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 trouxe à tona preocupantes tendências no que se refere à criminalidade em zonas rurais. Em 2022, houve um aumento de 11,4% em crimes violentos letais intencionais (CVLI) em áreas rurais, quando comparado ao ano anterior. Especificamente, o número de homicídios nesse contexto subiu de 5.084 para 5.730 casos, marcando um incremento de 12,5%. A taxa de CVLI nas zonas rurais alcançou 14,9 mortes por 100 mil habitantes, superando a taxa observada nas zonas urbanas, que ficou em 12,3 mortes por 100 mil pessoas. Ao examinarmos a natureza desses crimes rurais, notamos uma predominância de homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, sendo que a maioria dos perpetradores são jovens do sexo masculino, com baixa escolaridade e histórico criminal. Este cenário é agravado por fatores como pobreza acentuada, desigualdade, conflitos pela posse de recursos naturais e uma notável falta de políticas públicas destinadas a essas regiões. Contudo, é vital enfatizar que, embora esses elementos possam amplificar o risco, eles não são os únicos determinantes da criminalidade em áreas rurais (FBSP, 2023).

A criminalidade em zonas rurais configura-se como um desafio singular no panorama da segurança pública, evidenciado pelo notável crescimento em crimes violentos letais intencionais. O contexto rural, caracterizado por sua baixa densidade populacional, escassez de oportunidades e peculiaridades culturais, encontra-se particularmente vulnerável a dinâmicas criminais, amplificadas pela insuficiência de recursos e infraestrutura de segurança. As tendências reveladas pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 destacam o aumento da taxa de CVLI em áreas rurais, superando as zonas urbanas, com um perfil predominante de crimes cometidos por jovens do sexo masculino. Além dos indicadores estatísticos, fatores como pobreza, desigualdade e disputas territoriais intensificam esse cenário. Esta pesquisa visa aprofundar-se nas nuances dessa problemática, analisando estudos que forneceram dados relevantes acerca do tema, objetivando a abertura de novas e vindouras discussões.

Este estudo tem como objetivo analisar a problemática da criminalidade em regiões rurais do Brasil. Para isso, serão identificados os tipos de crimes mais comuns, as causas subjacentes a essa problemática e as consequências para as comunidades rurais. Além disso, serão avaliadas as atuais estratégias de prevenção e combate ao crime no contexto rural, com a identificação de possíveis lacunas. Com base nas análises realizadas, serão formuladas recomendações específicas para a elaboração de políticas públicas e ações práticas destinadas a lidar com os desafios associados à criminalidade nas áreas rurais, inclusive no tocante à Região Norte do Brasil.

Espera-se que esta pesquisa contribua para o diálogo em torno da criminalidade nas áreas rurais, incentive a implementação de medidas eficazes para enfrentar essa questão premente e corrobore com novas indagações a respeito do tema. Para sustentar a análise, serão utilizados dados de fontes oficiais, como IBGE, IPEA,

CNA e Ministério da Justiça e Segurança Pública, além de pesquisas acadêmicas e notícias relevantes sobre o tema. Com isso, busca-se fornecer informações úteis para as autoridades encarregadas da segurança rural e para a sociedade em geral, a fim de promover a segurança e o bem-estar das comunidades rurais do Brasil.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A criminalidade em áreas rurais, uma realidade complexa e multifacetada, é influenciada por uma série de teorias e determinantes socioeconômicos (Maniglia, 2006). O Referencial Teórico deste estudo explora quatro teorias principais que buscam explicar a natureza e as causas do crime rural. Primeiramente, a Teoria do Conflito Social, que destaca as tensões e desigualdades da estrutura social, observa que a sociedade é composta por grupos com interesses diversos, em constante luta por poder e recursos. Essa disputa, conforme apontado por figuras proeminentes como Marx, Weber e Dahrendorf, é frequentemente acentuada pela vulnerabilidade dos trabalhadores rurais e pelas relações de dominação. Em segundo lugar, a Teoria da Oportunidade e a Teoria da Prevenção Situacional enfatizam a interação entre oportunidades criminais e vulnerabilidades, apontando a necessidade de alterar as condições que facilitam a ocorrência de crimes. Finalmente, a Teoria da Desorganização Social conecta a criminalidade rural a fatores socioeconômicos e à rápida urbanização, que pode comprometer a coesão e a estabilidade das comunidades rurais.

Além dessas teorias, é vital considerar os determinantes socioeconômicos intrínsecos ao contexto criminal, como desigualdade, falta de oportunidades e marginalização. Estudos mostram que fatores como desigualdade econômica e desemprego estão intrinsecamente ligados às taxas de crime. A questão dos homicídios no Brasil, em particular o aumento observado entre 2000 e 2020, e as especificidades da Região Norte, que enfrentou um crescimento na criminalidade influenciado por diversos fatores, reforçam a necessidade de uma abordagem multifacetada para entender e combater o crime rural. A eficácia do policiamento rural, essencial para a proteção de pessoas e propriedades, também será discutida, dando ênfase aos desafios e inovações neste domínio (Cerqueira, 2021).

### 2.1 A importância do agronegócio para a economia

Historicamente, o agronegócio tem desempenhado um papel significativo na economia brasileira, com uma participação média de 24,8% na economia do país de 1996 a 2021. Em anos recentes, essa participação foi ainda mais notável, especialmente em 2021, um ano próspero para o agronegócio, impulsionado pelos altos preços das commodities e pela valorização do dólar frente ao real, fatores cruciais dado o peso histórico das commodities na economia brasileira. A mensuração dessa participação é feita por duas entidades principais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), cada uma com sua metodologia distinta. O IBGE foca na produção "dentro da porteira", englobando as atividades realizadas dentro da propriedade rural até o produto final in natura (Araújo, 2022).

Por outro lado, o CEPEA adota uma abordagem mais ampla, considerando não apenas a agropecuária, mas também os setores industriais e de serviços relacionados ao agronegócio. Essa distinção metodológica resulta em números diferentes, mas igualmente relevantes, que refletem a complexa e significativa contribuição do

agronegócio para o PIB brasileiro. O agronegócio tem se mostrado um setor resiliente, especialmente diante de desafios como a crise sanitária da COVID-19, continuando a ser um pilar crucial para a economia brasileira. O avanço tecnológico no campo tem sido um catalisador para essa resiliência, fortalecendo tanto o comércio interno quanto o externo. Portanto, a análise dessas estatísticas é vital para compreender a magnitude e o impacto do agronegócio na economia brasileira, além de ressaltar o Brasil como uma potência emergente no cenário agrícola global (Procópio, 2022).

## 2.2 A Teoria do Conflito Social

Com base na teoria do conflito social, a criminalidade rural pode ser entendida como uma manifestação das tensões e desigualdades inerentes à estrutura social. Esta teoria argumenta que a sociedade é composta por grupos e classes sociais com interesses divergentes, que estão perpetuamente em conflito devido à busca por poder e recursos. No contexto rural, este conflito é exacerbado pela disputa por recursos naturais escassos e pela posse de terras.

Karl Marx, um dos pioneiros dessa teoria, enfatizou a luta de classes como o cerne do conflito na sociedade capitalista. Na esfera rural, isso se manifesta na tensão entre os proprietários de terras (equivalentes à burguesia que detém os meios de produção) e os trabalhadores rurais ou camponeses (análogos ao proletariado). Estes últimos, frequentemente, encontram-se em uma posição de vulnerabilidade, forçados a vender sua força de trabalho por salários baixos e em condições precárias (Marx, 1867).

Max Weber ampliou a compreensão do conflito social para além das dimensões econômicas. Em áreas rurais, desigualdades de poder, competição por recursos, como água e terras férteis, e divergências culturais e religiosas podem se tornar fontes adicionais de tensão. A desigualdade no acesso a recursos vitais e a disparidade nos valores entre os diferentes grupos sociais do campo podem amplificar o conflito e levar a manifestações de criminalidade (Weber, 2012).

Ralf Dahrendorf introduziu o conceito de sistemas de dominação, onde certos grupos ou classes exercem poder sobre outros. No contexto rural, pode-se observar isso nas relações de dominação de grandes latifundiários sobre pequenos agricultores ou comunidades tradicionais. O desejo destes grupos subalternos de desafiar e resistir a essa dominação pode resultar em conflitos e, por vezes, em atos de criminalidade (Dias Junior, 2010).

A teoria do conflito social, em suma, oferece uma lente crítica para analisar a criminalidade no ambiente rural. Ela destaca as desigualdades estruturais, as disputas por recursos e as relações de poder como principais catalisadores de tensões e conflitos no campo. Reconhecer e abordar essas raízes estruturais é essencial para desenvolver soluções sustentáveis e equitativas para os desafios do meio rural.

## 2.3 A Teoria da Oportunidade

A Teoria da Oportunidade, inicialmente concebida por Marcus Felson e Lawrence Cohen em 1979 e posteriormente expandida por Ronald V. Clarke e Felson, estabelece que um crime ocorre quando convergem três componentes: um agressor motivado, um alvo suscetível e a falta de um guardião eficaz. Esta perspectiva sugere que a criminalidade é fruto da interação entre oportunidades e vulnerabilidades. No ambiente rural, estas oportunidades são moldadas por fatores como a disponibilidade de alvos, a escassez de vigilância e a facilidade de evasão. A vastidão das áreas rurais



e a proximidade de centros urbanos, por exemplo, podem aumentar as chances de crimes como roubos e vandalismo.

As vulnerabilidades rurais também têm raízes socioeconômicas, abrangendo pobreza, falta de educação e limitadas oportunidades de emprego. Em algumas regiões, a presença de grupos criminosos intensifica essa vulnerabilidade. Ronald Clarke, um proeminente defensor da Teoria da Oportunidade, propôs estratégias de prevenção adaptadas ao contexto rural. Estas incluem aumento da vigilância comunitária, reforço da segurança em propriedades, proteção de animais e equipamentos e criação de barreiras físicas, como cercas e iluminação. Além disso, iniciativas educacionais e programas de desenvolvimento econômico podem atenuar os fatores socioeconômicos que aumentam a predisposição ao crime. Assim, esta teoria não apenas elucida a criminalidade rural, mas também orienta intervenções para melhorar a segurança e o bem-estar nessas comunidades (Clarke; Felson, 1993; Cohen; Felson, 1979).

## 2.4 Teoria da Prevenção Situacional

Formulada por Lawrence Cohen e Marcus Felson em 1979, postula que o crime é influenciado pelas condições que facilitam sua execução. Esta perspectiva criminológica defende que o crime é consequência da interação entre motivadores, oportunidades e guardas. Enquanto os motivadores podem abranger a necessidade de adquirir bens, expressar emoções negativas ou alcançar status, as oportunidades estão associadas à existência de alvos vulneráveis, falta de vigilância e facilidade de evasão. Por outro lado, os guardas referem-se a indivíduos ou sistemas que têm a capacidade de prevenir ou inibir atividades criminosas.

No contexto prático, a teoria da prevenção situacional prioriza a identificação e gestão dessas oportunidades criminosas. Entre as estratégias salientadas estão o aumento da vigilância, pois a simples presença de sistemas ou pessoas observando pode desencorajar atividades ilícitas. Tornar o crime menos atraente, seja por meio da proteção ou remoção de alvos, ou dificultando sua execução com obstáculos, também são medidas efetivas. Ainda, diminuindo os ganhos associados ao crime, este pode perder seu apelo para infratores em potencial (Cohen; Felson, 1979).

Relacionando com a criminalidade em áreas rurais, a teoria da prevenção situacional torna-se particularmente relevante. Em zonas rurais, a vastidão do território e a menor densidade populacional podem criar mais oportunidades para o crime, devido à ausência de vigilância e à facilidade de fuga. Neste cenário, as estratégias sugeridas pela teoria, como o reforço da vigilância e a proteção de alvos (como propriedades e animais), podem ser cruciais para prevenir atividades criminosas. Além disso, ao abordar vulnerabilidades específicas do ambiente rural, como fatores socioeconômicos e ausência de sistemas de segurança avançados, pode-se criar um ambiente menos propício à ocorrência de crimes.

## 2.5 A Teoria da Desorganização Social

A teoria sugere que a estrutura e a coesão de uma comunidade têm um papel fundamental na prevenção ou facilitação do crime. Em áreas rurais, fatores socioeconômicos desempenham um papel crucial na manifestação do crime, sendo ainda mais acentuados por rápidas mudanças demográficas e urbanização desenfreada.

Com a rápida urbanização, áreas rurais podem enfrentar desafios como habitações inadequadas e elevadas taxas de desemprego. Tais adversidades podem

corroer a estrutura tradicional e a coesão da comunidade rural, culminando em um aumento da predisposição para o crime. Em cenários onde a desorganização social prevalece, práticas ilegais e abordagens violentas podem se tornar mecanismos predominantes para lidar com disputas e conflitos.

A população jovem das zonas rurais é especialmente suscetível aos impactos negativos da desorganização social. Há uma relação evidente entre a escassez de oportunidades educacionais e o incremento da criminalidade entre os jovens. Portanto, para contrapor essas tendências e reduzir a criminalidade em áreas rurais, é imprescindível investir em educação e promover o desenvolvimento socioeconômico. Tais medidas não apenas atenuariam as consequências da desorganização social, mas também fortaleceriam a coesão e a resiliência das comunidades rurais (Carneiro *et al.*, 2023).

## 2.6 Determinantes Socioeconômicos da Criminalidade

A criminalidade é influenciada por uma variedade de determinantes socioeconômicos. Duas teorias predominam na análise das suas causas. A primeira associa criminalidade a fatores econômicos, como falta de oportunidades, desigualdade e marginalização; postulando que indivíduos em condições de pobreza ou desigualdade podem recorrer ao crime como meio de obter recursos ou status. Em contraste, a segunda teoria sugere que os crimes ocorrem devido à ruptura do consenso moral da sociedade, sendo os perpetradores aqueles que não se alinham com as leis ou valores sociais predominantes. Além disso, estudos, especialmente nos EUA, relacionam taxas de criminalidade à desigualdade econômica, composição populacional e desemprego. Enquanto a desigualdade pode engendrar sentimento de frustração e ressentimento, áreas com altas proporções de jovens e minorias étnicas tendem a apresentar taxas de criminalidade elevadas. Contudo, a relação entre idade e crime é multifacetada, sendo influenciada por outros determinantes como a própria desigualdade. Essa desigualdade socioeconômica também pode gerar subculturas que veem a violência como meio de resolver conflitos e obter status, ilustrando a interação complexa entre fatores econômicos, sociais e culturais na origem da criminalidade (Beato F., 1998).

## 2.7 A questão do aumento de homicídios no Brasil

O aumento dos homicídios no Brasil é um problema grave que precisa ser enfrentado. É um fenômeno complexo que tem diversas causas, incluindo a desigualdade social, a presença de grupos criminosos e a impunidade. A tabela abaixo fornece um panorama sobre o assunto<sup>1</sup>.

**Tabela 1 - Homicídios e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes no Brasil**

Ano	Número de homicídios	Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes)
2000	2.264	15,5
2005	2.972	20,1
2010	3.269	22,6
2015	3.560	24,9
2020	3.883	29,8

Fonte: Cerqueira (2021).

<sup>1</sup> Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os dados apresentados na tabela refletem uma tendência alarmante no aumento do número de homicídios e da taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil ao longo de duas décadas, de 2000 a 2020. Esta estatística, coletada por Cerqueira em 2021, evidencia um crescimento contínuo e preocupante na incidência de homicídios no país. Em 2000, o número registrado foi de 2.264 homicídios, com uma taxa de 15,5 por 100 mil habitantes. Já em 2005, observa-se um salto significativo para 2.972 homicídios, e a taxa aumenta para 20,1. Esse aumento progressivo se mantém nos anos subsequentes, com 3.269 homicídios em 2010 (taxa de 22,6) e 3.560 em 2015 (taxa de 24,9).

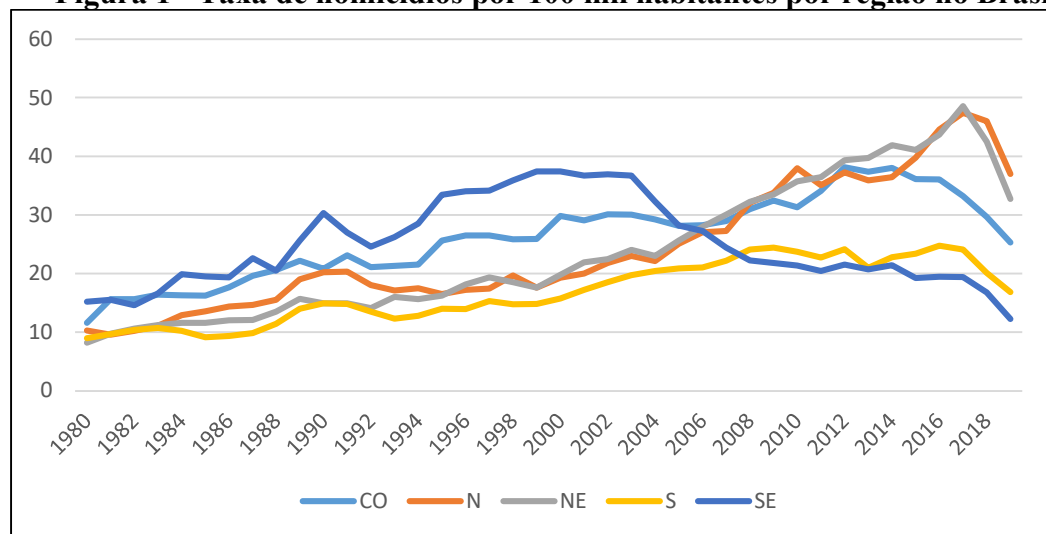
A análise destes números revela não apenas um aumento absoluto no número de homicídios, mas também um aumento relativo em relação à população. Em 2020, o número chega a 3.883, com uma taxa de 29,8 homicídios por 100 mil habitantes. Este aumento constante ao longo dos anos sugere que o Brasil enfrenta desafios significativos em relação à segurança pública e ao controle da criminalidade. O crescimento na taxa de homicídios pode ser indicativo de diversos fatores, como a escalada da violência urbana, o fortalecimento de organizações criminosas, a ineficácia de políticas públicas de segurança, ou uma combinação desses e outros fatores sociais e econômicos.

A persistência deste aumento ao longo de duas décadas exige uma reflexão profunda sobre as políticas de segurança pública adotadas no Brasil. O fato de que a taxa de homicídios por 100 mil habitantes tenha quase dobrado de 2000 para 2020 sugere que as abordagens tradicionais podem não estar sendo eficazes. A complexidade do problema da violência homicida no Brasil pode estar relacionada a questões como desigualdade social, acesso a armas de fogo, disputas territoriais entre facções criminosas, além de deficiências no sistema de justiça e na aplicação da lei.

## 2.8 Taxa de homicídios nas regiões do país

A análise dos dados de taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil ao longo das décadas revela padrões e diferenças regionais significativas. O Atlas da Violência do IPEA apresenta dados segmentados por região (Cerqueira, 2021), conforme o gráfico abaixo:

**Figura 1 - Taxa de homicídios por 100 mil habitantes por região no Brasil**



Fonte: Cerqueira (2021).



Primeiramente, observa-se que a região Nordeste e a região Norte, representadas pelas siglas NE e N, inicialmente tinham taxas mais baixas na década de 1980, mas experimentaram um aumento considerável ao longo dos anos, tornando-se algumas das regiões com as maiores taxas de homicídio no Brasil. Isso pode ser atribuído a uma série de fatores socioeconômicos e históricos, como desigualdades regionais e desafios de segurança pública.

Por outro lado, as regiões Centro-Oeste (CO) e Sudeste (SE) tiveram taxas de homicídio relativamente mais baixas na década de 1980 e ainda mantêm níveis mais baixos em comparação com o Norte e o Nordeste. A região Sul (S) sempre teve as taxas mais baixas entre as regiões, indicando uma situação de segurança relativamente melhor ao longo dos anos.

É importante notar que, enquanto todas as regiões experimentaram aumentos nas taxas de homicídio durante os anos 1990 e início dos anos 2000, houve uma tendência geral de queda a partir de meados dos anos 2000 em todas as regiões, embora em ritmos diferentes. Essa tendência de queda pode estar relacionada a políticas de segurança pública, mudanças na economia e outros fatores. No entanto, as disparidades regionais persistem, destacando a necessidade de abordagens específicas e direcionadas para enfrentar os desafios da criminalidade em diferentes partes do Brasil.

## 2.9 O Censo Agropecuário de 2017

Foi uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), para coletar informações sobre os estabelecimentos agropecuários e as atividades rurais no Brasil. O censo não abordou diretamente a questão da criminalidade nas áreas rurais, mas trouxe alguns dados que podem estar relacionados a esse tema, como:

- O número de estabelecimentos agropecuários que receberam algum tipo de orientação técnica, que pode contribuir para a prevenção e o combate à criminalidade no campo. Segundo o censo, apenas 28,8% dos estabelecimentos agropecuários receberam orientação técnica no período de referência da pesquisa, sendo que a principal fonte de orientação foi a iniciativa privada (14,8%), seguida pelo serviço público (9,8%) e pelas cooperativas (4,2%)<sup>2</sup>.
- O número de estabelecimentos agropecuários que possuíam algum tipo de equipamento de comunicação, que pode facilitar a comunicação de crimes e a solicitação de ajuda em caso de emergência. Segundo o censo, 87,5% dos estabelecimentos agropecuários possuíam telefone celular, 40,4% possuíam rádio de comunicação, 23,3% possuíam telefone fixo e 22,8% possuíam acesso à internet<sup>3</sup>.
- O número de estabelecimentos agropecuários que declararam ter sido vítimas de algum tipo de violência, que pode indicar a incidência e a gravidade da criminalidade no campo. Essa informação, no entanto, não foi divulgada pelo IBGE, pois foi considerada sigilosa e sensível, podendo comprometer a identificação dos entrevistados<sup>4</sup>.

Além do Censo Agropecuário de 2017, existem outras fontes que abordam a

<sup>2</sup> <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario>

<sup>3</sup> <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario>

<sup>4</sup> <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario>

criminalidade nas áreas rurais, como o Estudo sobre criminalidade no campo<sup>5</sup>, publicado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em 2018, que analisa os fatores determinantes da criminalidade nos estados brasileiros no período de 2011 a 2018, usando modelos de painéis de dados. O estudo também propõe ações e medidas preventivas que possam ser adotadas pelos produtores rurais e pelas autoridades de segurança pública. Outra fonte é o Atlas da Violência<sup>6</sup>, uma publicação anual do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que apresenta dados e análises sobre a violência no Brasil. O Atlas da Violência 2020 traz um capítulo específico sobre a violência no campo, com dados sobre os homicídios nas áreas rurais, bem como os principais conflitos e crimes que afetam os povos e comunidades tradicionais, os trabalhadores rurais e os defensores de direitos humanos no meio rural.

## 2.10 Fatores que levaram ao aumento da criminalidade

O processo de urbanização e modernização trouxe diversas contribuições para o campo, como o melhoramento de maquinários, meios de comunicação e novas tecnologias da informação, implementação de atividades não agrícolas, acesso aos meios de transportes, bem como o aumento do número de cidades no interior e o crescimento das taxas de população urbana em relação à população rural. No entanto, esse desenvolvimento não veio acompanhado de políticas de segurança pública, o que contribuiu para explicar a percepção sobre o aumento da criminalidade em áreas vulneráveis do interior. A falta de segurança pública no campo coloca a população rural em situação de vulnerabilidade, o que muitas vezes contribui para o enfrentamento direto entre os agricultores e os criminosos. Além disso, a baixa densidade populacional e o isolamento das estradas facilitam a fuga dos criminosos e dificultam os pedidos de socorro.

Por outro lado, destaca-se que a criminalidade no meio rural não é um fenômeno atual e que, desde a colonização, diversos tipos criminais e atos de crueldade se consolidaram em todo território nacional, como capangas, coronéis, jagunços, grileiros, cangaceiros, saqueadores que atuavam nas rotas do comércio e nos roubos em fazendas. Esses fatores históricos também contribuíram para a consolidação de uma cultura de violência no campo, que pode ter se intensificado com o passar do tempo. Além disso, a falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e a valorização do trabalho no campo pode ter levado muitas pessoas a abandonarem as atividades agropecuárias e migrarem para as cidades, o que pode ter contribuído para o aumento da criminalidade em áreas rurais (Vieira *et al.*, 2021).

## 2.11 A interiorização da criminalidade

A percepção atual é de que a criminalidade está se interiorizando nos estados brasileiros. Isso indica que, enquanto a criminalidade anteriormente estava mais concentrada nas regiões metropolitanas, ela agora está se expandindo e se espalhando para áreas do interior. Essa tendência é vista em decorrência da desconcentração das atividades produtivas das regiões metropolitanas para outras regiões, que, ao

<sup>5</sup> <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/violencia-avanca-no-campo-enquanto-a-seguranca-esbarra-ate-na-falta-de-estatisticas-0cf211vbwinqlenl25ocm3k4n/>

<sup>6</sup> <https://radios.ebc.com.br/reporter-amazonia/2018/05/dados-sobre-criminalidade-no-campo-preocupam-proprietarios-rurais>

adquirirem características metropolitanas, tornam-se mais atrativas para crimes contra o patrimônio, onde, há uma sensação de que o crime está se espalhando para áreas anteriormente menos afetadas, fenômeno este descrito como "interiorização da criminalidade" (Gaulez; Maciel, 2015).

A criminalidade no interior do Brasil está em ascensão, conforme sugerido pela tese da "interiorização da criminalidade", que indica um deslocamento de crimes dos centros urbanos para áreas mais remotas. Essa crescente insegurança alterou rotinas rurais, desde a mudança de horários de missas até a implementação de medidas de segurança nas casas. O impacto econômico é notável, com furtos e roubos de equipamentos agrícolas prejudicando a subsistência das famílias. Além disso, essa insegurança está levando a uma migração do campo, com jovens e idosos buscando refúgio em outras áreas. Curiosamente, muitos ainda veem o campo como um ambiente mais tranquilo em comparação aos grandes centros, apesar dos desafios crescentes. Essa dicotomia entre percepção e realidade destaca a necessidade de reforçar a segurança e conduzir mais pesquisas para abordar efetivamente a criminalidade rural (Vieira, 2019).

## 2.12 As ações públicas

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados deu aval a um projeto que visa criar uma política nacional de segurança pública direcionada ao meio rural, fundamentada em diretrizes e objetivos claros. Esta iniciativa almeja não apenas intensificar operações especializadas contra a criminalidade rural, mas também fortalecer a colaboração entre órgãos de segurança. A proposta ainda destaca a importância da capacitação profissional, da mobilização da sociedade civil em ações preventivas e do incremento de investimentos públicos no setor<sup>7</sup>.

Instituído pela Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) tem como objetivo articular medidas de segurança pública com ações de prevenção, controle e repressão da criminalidade, integrando também políticas sociais e proteção às vítimas. Ainda que o PRONASCI não tenha sido concebido especificamente para a criminalidade rural, suas diretrizes, que abrangem promoção dos direitos humanos, incentivo à cultura de paz, apoio ao desarmamento e combate a preconceitos, são versáteis o suficiente para se adaptar a diversos contextos, incluindo o rural. Programas como "Mulheres da Paz" e "Protejo" exemplificam ações comunitárias do PRONASCI financiadas por recursos federais via convênios<sup>8</sup>.

O Projeto de Lei 5630/2019, em tramitação na Câmara dos Deputados, estabelece as diretrizes e os objetivos da política nacional de segurança pública para o meio rural, com o objetivo de promover a cooperação e a integração entre os órgãos de segurança pública e a sociedade civil, além de prevenir e combater a violência no campo. Conforme a proposta, são objetivos de a política de segurança pública rural promover a cooperação entre os órgãos de segurança pública, com operações policiais comuns; mapear as regiões e os períodos do ano com maior incidência de crimes nas zonas rurais; criar delegacias especializadas em crimes contra o patrimônio ocorridos em zonas rurais; e aumentar a capacidade de investimentos públicos na área. Entre as

<sup>7</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão aprova projeto que institui política de segurança pública rural. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/986839-comissao-aprova-projeto-que-institui-politica-de-seguranca-publica-rural/>. Acesso em: 03 out. 2023.

<sup>8</sup> BRASIL. Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11530.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11530.htm). Acesso em: 03 out. 2023.

diretrizes estão a qualificação específica de servidores para o desempenho das funções de segurança pública nas zonas rurais dos estados<sup>9</sup>.

Em resposta aos desafios de roubos e furtos de tratores e equipamentos agrícolas, o Sistema ID Agro foi desenvolvido como uma inovação totalmente digital pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em colaboração com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Esta plataforma visa fornecer ao setor agropecuário um registro oficial gratuito desses equipamentos, garantindo aos produtores maior segurança ao transitar em vias públicas e superando as dificuldades causadas pela falta de registros formais. O ID Agro potencializa a garantia fiscal de propriedade, simplifica a rastreabilidade, e amplia a fiscalização para combater crimes, além de auxiliar em processos de financiamento. Conectando fabricantes, vendedores, proprietários, Sistema CNA/SENAR<sup>10</sup> e MAPA, a plataforma atende à Lei nº 13.154/2015<sup>11</sup>, integrando-se também ao Sistema Córtes do Ministério da Justiça e Segurança Pública para notificações de incidentes, com denúncias sendo diretamente encaminhadas às autoridades. As transportadoras realizam o registro, consultando números de série/chassi nas montadoras e validando notas fiscais, tornando o ID Agro essencial para fortalecer a segurança na catalogação de máquinas agrícolas.

### 2.13 O Policiamento Rural

O policiamento rural é marcado por desafios intrínsecos, como vastidão territorial das jurisdições, escassez de recursos e treinamento limitado, diferenciando-se consideravelmente do cenário urbano. Em áreas rurais, a baixa densidade populacional exige que os policiais se desloquem por maiores distâncias, o que pode comprometer o tempo de resposta. A limitação de recursos, tanto em termos de equipamentos como de pessoal, impacta a eficácia do policiamento. Além disso, as peculiaridades do meio rural demandam habilidades específicas dos policiais, como conhecimento em legislação ambiental e manejo de animais selvagens. Para aprimorar esse cenário, é fundamental investir em cooperação interagências, recursos, treinamentos e engajamento comunitário, garantindo assim uma maior segurança nas comunidades rurais (Weisheit; Falcone; Wells, 1994).

O policiamento rural, reconhecido pela Política Nacional de Segurança Pública (PNaSP) como fundamental para garantir a segurança de pessoas e patrimônio, enfrenta desafios como vastidão territorial, falhas de comunicação e recursos inadequados. Crimes de furtos e roubos em áreas rurais impactam a economia e a população, sendo o roubo particularmente preocupante pela violência e distância dos centros de auxílio. Apesar desses desafios, estados como Goiás têm inovado, introduzindo a "Patrulha Rural Georreferenciada", que usa georreferenciamento para otimizar o policiamento, servindo de modelo para outros estados (Oliveira; Medina;

<sup>9</sup> TOLANTINO, Fabiano. Estabelece as diretrizes e os objetivos da política de segurança pública. Projeto de Lei nº 5630/2019. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 23 out. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2226698>. Acesso em: 09 out. 2023.

<sup>10</sup> O Sistema CNA/SENAR é uma estrutura que compreende a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). A CNA representa os interesses dos produtores rurais, enquanto o SENAR oferece capacitação e assistência técnica aos trabalhadores do setor agropecuário, promovendo o desenvolvimento rural no Brasil.

<sup>11</sup> BRASIL. Lei nº 13.154, de 30 de julho de 2015. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 145, pág. 2-3, 31 jul. 2015. Disponível: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13154.htm)>. Acesso em: 9 out. 2023.

Teixeira, 2022).

Ao realizar uma análise SWOT da situação do policiamento rural no Brasil, observa-se a configuração representada no quadro abaixo.

**Quadro 1 - Análise SWOT da situação do policiamento rural no Brasil**

Forças (Strengths)	Fraquezas (Weaknesses)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento da importância do policiamento rural</li> <li>• Inovação em alguns estados</li> <li>• Potencial econômico do setor agropecuário</li> <li>• Engajamento comunitário</li> <li>• Desenvolvimento de tecnologias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desafios intrínsecos</li> <li>• Crimes contra o patrimônio</li> <li>• Falta de integração com a comunidade</li> <li>• Falta de recursos</li> <li>• Dificuldade de acesso</li> </ul>
Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento em tecnologia</li> <li>• Desenvolvimento de parcerias</li> <li>• Criação de políticas públicas específicas</li> <li>• Crescimento do setor agropecuário</li> <li>• Aumento da população rural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da criminalidade</li> <li>• Desenvolvimento econômico</li> <li>• Mudanças climáticas</li> <li>• Crise econômica</li> <li>• Incerteza política</li> </ul>

Fonte: Weisheit (1994) e Oliveira (2021).

O reconhecimento pela Política Nacional de Segurança Pública (PNaSP) da crucialidade do policiamento rural na proteção de indivíduos e propriedades ressalta uma força fundamental nessa área, corroborada pela inovação vista em estados como Goiás, onde o desenvolvimento de estratégias e tecnologias pioneiras tem se destacado. Adicionalmente, o relevante potencial econômico do setor agropecuário brasileiro sublinha a significância de investir em segurança rural, que, aliado ao engajamento comunitário, pode proporcionar uma abordagem policial mais integrada e eficaz nas comunidades rurais. Além disso, o advento e a implementação de novas tecnologias, como drones e sistemas avançados de comunicação e vigilância, são elementos promissores para amplificar a eficiência e a resposta do policiamento em áreas rurais.

O policiamento rural enfrenta desafios significativos, sendo intrinsecamente marcado pela vastidão territorial que, aliada à escassez de recursos e treinamento adequado, torna a resposta a crimes mais complexa. Os crimes contra o patrimônio, como furtos e roubos, são recorrentes, e a percepção de que as forças policiais são externas à comunidade rural pode dificultar tanto a prevenção quanto a investigação desses delitos. Essa situação é agravada pela falta de recursos adequados nas polícias militares dos estados, que muitas vezes contam com um contingente insuficiente e veículos limitados. Adicionalmente, a dificuldade de acesso inerente a regiões rurais obstaculiza ainda mais o deslocamento eficiente dos policiais aos locais de ocorrência (Sapori, 2014).

O investimento em novas tecnologias tem o potencial de superar desafios do policiamento rural, como a grande extensão territorial e problemas de comunicação. Além disso, o desenvolvimento de parcerias com a comunidade local, organizações não governamentais e outras agências de segurança pública pode potencializar a eficácia desse policiamento. É essencial a implementação de políticas públicas específicas para assegurar o financiamento adequado e a eficiência do policiamento em zonas rurais. Ademais, o crescimento do setor agropecuário pode ampliar a necessidade de segurança nesses locais, e um aumento da população rural pode intensificar a demanda por mais recursos para o policiamento (Oliveira; Medina; Teixeira, 2022).



O aumento da criminalidade em áreas rurais representa uma significativa ameaça para o policiamento dessas regiões. Além disso, o desenvolvimento econômico pode intensificar a vulnerabilidade a determinados crimes, como o roubo de cargas. As mudanças climáticas, ao intensificar desastres naturais como secas e inundações, adicionam uma camada extra de desafio ao trabalho do policiamento rural. Uma crise econômica tem potencial para incrementar ainda mais a criminalidade em regiões rurais, e a incerteza política pode representar um obstáculo para investimentos em segurança pública, afetando diretamente o policiamento dessas áreas.

## 2.14 A agricultura familiar e a criminalidade

A agricultura familiar enfrenta uma série de desafios significativos devido à alta incidência de criminalidade. Primeiramente, há uma sensação palpável de insegurança no trabalho, que afeta diretamente a rotina diária e o bem-estar dos agricultores. Essa insegurança se traduz em limitações consideráveis na comercialização dos produtos agrícolas, visto que transportar os produtos para mercados ou outros pontos de venda pode se tornar perigoso. Além disso, a ameaça constante de crimes desencoraja investimentos em melhorias ou expansões nas propriedades, com agricultores temendo roubos ou danos ao seu patrimônio. A criminalidade também pode forçar os agricultores a restringirem seus horários de trabalho para evitar períodos mais arriscados, como noites ou madrugadas (Frões-Júnior *et al.*, 2022).

Este cenário de risco constante gera altos níveis de estresse e ansiedade entre os agricultores, impactando negativamente sua saúde mental e qualidade de vida. Além disso, as decisões de negócios são influenciadas pela presença da criminalidade, levando muitos a optar por culturas ou práticas menos visadas por criminosos ou mais fáceis de proteger. Em algumas situações, a criminalidade até limita o acesso dos agricultores a recursos essenciais, como assistência técnica e serviços financeiros, devido ao receio de roubos ou assaltos. Esses problemas ilustram o impacto profundo e abrangente da criminalidade na agricultura familiar, afetando não somente a segurança física, mas também a viabilidade econômica e a qualidade de vida dos envolvidos no setor.

O estudo de Vieira (2019) revela uma mudança significativa no cenário do espaço rural brasileiro, onde as transformações econômicas e sociais ligadas a uma maior conexão com as cidades levaram a um aumento da criminalidade. Entre 2014 e 2018, houve um notável crescimento nos registros de crimes no meio rural, marcando uma perda dos atributos tradicionalmente associados ao campo, como tranquilidade, bem-estar e solidariedade. Este aumento incluiu crimes anteriormente raros nas áreas rurais, como furtos, roubos e estupros. A pesquisa aponta que o campo, outrora considerado um refúgio seguro dos centros urbanos, está agora enfrentando desafios similares às cidades devido ao fortalecimento das relações comerciais e à expansão do agronegócio globalizado. A natureza dos crimes rurais também mudou; enquanto no passado eram mais comuns conflitos interpessoais por razões consideradas banais, agora, crimes contra o patrimônio estão se tornando frequentes. Contribuindo para essa tendência está a chegada de infraestrutura moderna e a consequente erosão das fronteiras tradicionais entre campo e cidade. Além disso, a falta de políticas de segurança pública adequadas e um efetivo policial limitado nas zonas rurais facilitam a ocorrência de crimes, refletindo uma vulnerabilidade crescente do espaço rural e, por extensão, da agricultura familiar, diante dessa nova realidade de criminalidade.

Os dois estudos, Froes-Junior *et al.* (2022) e Vieira (2019), embora se

concentrem em diferentes regiões do Brasil, apresentam algumas semelhanças importantes no que diz respeito ao impacto da criminalidade na agricultura familiar. Aqui estão os pontos em comum:

- **Aumento da Criminalidade no Meio Rural:** Ambos os estudos destacam um aumento significativo da criminalidade nas áreas rurais. Enquanto o estudo de Froes-Junior se concentra no bairro Curuçambá na Região Metropolitana de Belém/PA, Vieira examina a Microrregião de Viçosa/MG. Nos dois casos, observa-se um crescimento nos registros de crimes, anteriormente mais associados a áreas urbanas, afetando as comunidades rurais e agrícolas.
- **Perda da Sensação de Segurança e Tranquilidade:** Tradicionalmente, as áreas rurais eram vistas como espaços de tranquilidade e segurança. No entanto, ambos os estudos apontam para uma perda desses atributos devido ao aumento da criminalidade. Essa mudança na percepção de segurança afeta negativamente a qualidade de vida e o bem-estar dos agricultores familiares.
- **Impacto na Gestão e no Desempenho dos Negócios Agrícolas:** A crescente criminalidade afeta as decisões de negócios dos agricultores familiares. No estudo de Froes-Junior, observa-se que a falta de segurança limita a comercialização e os investimentos na agricultura. Vieira também sugere que as mudanças nas áreas rurais, incluindo a criminalidade, estão mudando o modo de vida agrícola, com impacto nas práticas de gestão.
- **Migração e Abandono de Propriedades Rurais:** A insegurança gerada pela criminalidade tem levado algumas famílias a considerarem a migração e o abandono de suas propriedades rurais, conforme indicado nos dois estudos. Isso reflete o nível de ameaça percebida e o impacto profundo da criminalidade na sustentabilidade da agricultura familiar.
- **Desafios na Infraestrutura e Serviços de Segurança:** Ambos os estudos mencionam desafios relacionados à infraestrutura e à prestação de serviços, incluindo segurança pública. A baixa presença do Estado e o limitado efetivo policial em zonas rurais são fatores que contribuem para a vulnerabilidade dessas áreas à criminalidade.
- **Mudança na natureza dos crimes rurais:** passando de conflitos interpessoais para crimes contra o patrimônio.

Entende-se que os estudos de Froes-Junior *et al.* (2022) e Vieira (2019) evidenciam uma situação preocupante sobre o aumento da criminalidade no meio rural no Brasil, afetando significativamente a agricultura familiar. Ambos os trabalhos, focados em regiões distintas - o bairro Curuçambá na Região Metropolitana de Belém/PA e a Microrregião de Viçosa/MG - identificam um crescimento nos registros de crimes, antes mais comuns em áreas urbanas, afetando agora comunidades rurais. Esta ascensão da criminalidade tem contribuído para a perda da sensação de segurança e tranquilidade nas áreas rurais, tradicionalmente vistas como refúgios seguros. Esse cenário adverso impacta diretamente na gestão e no desempenho dos negócios agrícolas, limitando a comercialização, os investimentos e alterando práticas de gestão. Além disso, a insegurança tem provocado a migração e o abandono de propriedades rurais, refletindo a gravidade da ameaça da criminalidade na sustentabilidade da agricultura familiar. Os estudos também apontam para desafios significativos na infraestrutura e nos serviços de segurança pública, com a baixa presença do Estado e efetivo policial limitado, contribuindo para a vulnerabilidade dessas áreas. Por fim, observa-se uma mudança na natureza dos crimes rurais, com uma tendência de evolução de conflitos interpessoais para crimes contra o patrimônio, evidenciando uma transformação preocupante no perfil da criminalidade no campo.

## 2.15 Desafios quanto a criminalidade rural no Brasil

A criminalidade no Brasil é um fenômeno complexo e multifacetado, que não pode ser reduzido a uma única causa ou solução. A violência é fruto de uma combinação de fatores estruturais, conjunturais e culturais, que envolvem questões econômicas, sociais, políticas e institucionais. Por isso, é necessário adotar uma abordagem sistêmica e integrada para enfrentar o problema, que considere as especificidades de cada contexto e que envolva todos os atores relevantes na formulação e na execução das políticas de segurança pública. O Brasil tem uma das maiores taxas de homicídio do mundo, com cerca de 60 mil mortes por ano, além de altos índices de outros crimes violentos, como latrocínio, estupro e roubo. Esses dados revelam a gravidade da situação da segurança pública no país e a urgência de se buscar soluções efetivas para garantir o direito à vida, à liberdade e à dignidade dos cidadãos brasileiros (Sapori, 2014).

Estudos sobre a criminalidade no campo revelam a urgente necessidade de repensar o ambiente rural brasileiro. Este processo de ressignificação, equiparando-o aos centros urbanos em termos de segurança pública, exige ações políticas concretas e direcionadas. A falta de políticas de segurança específicas para as áreas rurais coloca a população rural em situação de vulnerabilidade, resultando frequentemente em confrontos entre agricultores e criminosos. Isso não apenas afeta os pequenos proprietários e moradores de baixa renda, mas também representa uma ameaça para o setor produtivo do agronegócio. Reportagens jornalísticas e entrevistas com proprietários rurais ressaltam o papel do narcotráfico e dos mercados ilegais no aumento da criminalidade rural. Portanto, é crucial que a ressignificação do rural leve em consideração não apenas os discursos da mídia, mas também as experiências individuais e coletivas vividas no cotidiano das comunidades rurais. Além disso, a ausência de estudos científicos que investiguem a relação entre o desenvolvimento rural, o aumento da criminalidade no campo e o abandono das propriedades enfatiza a necessidade de uma abordagem sociológica mais profunda para entender as novas configurações dos crimes rurais (Vieira *et al.*, 2021).

## 2.16 O estudo de diagnóstico da criminalidade no campo

O estudo conduzido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) através do Instituto CNA, aborda profundamente a crescente problemática da criminalidade no meio rural brasileiro, enfatizando as sérias implicações para a segurança de produtores e trabalhadores rurais. Este documento tem como objetivos primordiais destacar o aumento da criminalidade no campo e suas consequências, ressaltar a carência de dados específicos e padronizados sobre esta modalidade de criminalidade, dificultando assim a formulação de políticas públicas eficientes, e propor medidas visando a melhoria da segurança nessas áreas.

A metodologia empregada no estudo inclui a utilização de dados coletados por meio de formulários digitais e WhatsApp pelo Observatório da Criminalidade no Campo, criado pela CNA, além da solicitação e análise de informações junto aos órgãos governamentais, com um levantamento de dados nas Secretarias de Segurança Pública dos estados e do Distrito Federal. A discussão central do relatório gira em torno da "invisibilidade" da violência no campo, frequentemente eclipsada por conflitos agrários e uma percepção distorcida da sociedade sobre esta violência. O estudo também destaca o despreparo dos órgãos governamentais de segurança e a

falta de dados confiáveis e padronizados sobre a criminalidade rural, além de enfatizar a ausência de políticas públicas adequadas e a necessidade urgente de iniciativas governamentais mais efetivas.

Nas conclusões, é ressaltada a problemática da falta de informação padronizada, representando um obstáculo significativo no combate à criminalidade no campo. Embora haja algumas iniciativas positivas em estados como Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal, estas são vistas como exceções em um contexto geral marcado pela falta de dados e políticas específicas. O setor agrícola, um dos pilares da economia brasileira, enfrenta uma situação alarmante de insegurança e invisibilidade quanto à violência. O documento propõe, para um futuro melhor, a inclusão de ações específicas de redução da violência rural nas políticas de segurança pública dos Entes Federados, a inserção de programas na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social voltados para a prevenção e o controle da criminalidade rural, a criação de unidades especializadas nas polícias civil e militar, o estabelecimento de metas específicas de redução da violência no campo, o incentivo à criação de leis que ajudem no enfrentamento da violência rural e a sensibilização das autoridades sobre a crescente violência contra produtores e trabalhadores rurais. Este estudo é crucial por trazer à tona uma área muitas vezes negligenciada da segurança pública no Brasil, oferecendo soluções concretas para aprimorar a segurança no setor rural (Instituto CNA, 2018).

## 2.17 A questão “Região Norte”

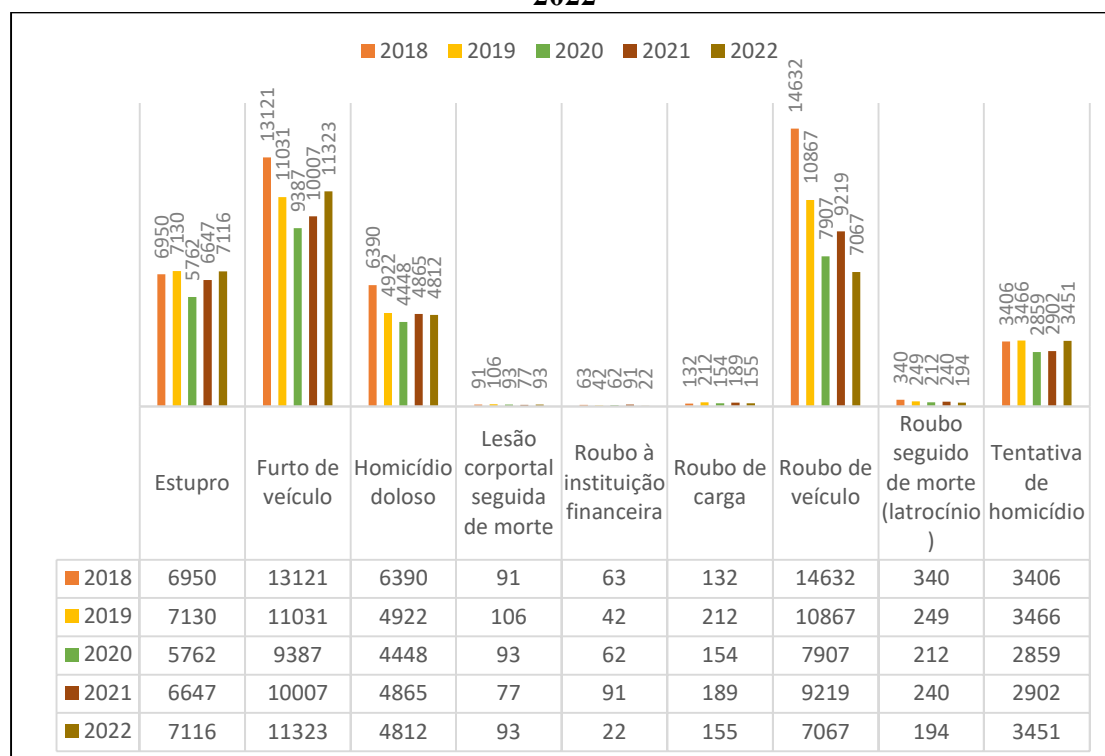
Em levantamento realizado junto a base de Dados Nacionais de Segurança Pública<sup>12</sup>, aplicando técnicas de filtragem específicas para a Região Norte do Brasil, pode-se observar que nos últimos cinco anos o registro de ocorrência de determinados tipos de crime vem oscilando. Notavelmente, o ano de 2022 destacou-se por um incremento nas incidências de crimes como estupro, furto de veículo, lesão corporal seguida de morte e tentativa de homicídio. Em contrapartida, delitos como homicídio doloso, roubo a instituições financeiras, roubo de carga, furto de veículo e latrocínio apresentaram uma tendência de decréscimo nos registros efetuados pelas autoridades competentes. Esta análise sugere uma dinâmica complexa e multifacetada da criminalidade na região em questão, indicando variações específicas na ocorrência de distintos tipos de crimes. Aumentos e diminuições nos registros de determinadas categorias criminais demandam uma investigação mais aprofundada para compreender as causas subjacentes e as possíveis implicações para as políticas de segurança pública na Região Norte do Brasil.

A Região Norte do Brasil apresenta significativas potencialidades no contexto da economia rural. Ligada predominantemente ao setor primário, a economia da região se destaca em diversas atividades. Nota-se um predomínio na exploração da pecuária e na extração de minérios. Além disso, diversas culturas agrícolas, como mandioca, milho, arroz, têm seu espaço na produção local, e mais recentemente, houve a incorporação significativa da produção de soja, principalmente nos estados de Rondônia, Tocantins e Pará. Nos anos compreendidos entre 1995 e 2007, a economia nortista cresceu a impressionantes taxas médias de cerca de 5% ao ano. Para ilustrar essa ascensão, o Valor Bruto de Produção Agropecuário Rural cresceu de 5,5 bilhões para 9 bilhões de reais nesse intervalo. Em 2007, o valor adicionado, considerando lucros e salários, atingiu o montante de 16,5 bilhões de reais, dos quais 41% foram

<sup>12</sup> Disponível em: < <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados-nacionais-1/dados-nacionais> >. Acesso em 11 Nov.2023.

retidos no setor rural, beneficiando camponeses, fazendeiros e assalariados. Outros percentuais significativos desse valor circularam nas economias urbanas locais e estaduais, além de uma parcela que foi integrada à economia nacional. Esse contexto reafirma o protagonismo das atividades rurais na geração de renda para a população da região. A produção bovina se sobressai como a principal atividade econômica rural, enfatizando o papel da pecuária no Norte.

**Figura 2 - Ocorrências por tipo de crime e ano - Região Norte – Período 2018 a 2022**



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública - Dados Nacionais de Segurança Pública

Vale destacar também que a Região Norte é composta por sete estados e 450 municípios, abrigando em 2010 uma população de quase 16 milhões de habitantes, com mais de um quarto dessa população residindo no meio rural. Isso não apenas reforça a relevância do setor rural, mas também coloca a região como aquela com o maior número de habitantes no ambiente rural no Brasil. Geograficamente, a vasta maioria do território nortista está inserida no bioma Amazônia, representando desafios e oportunidades únicas para a economia e a sustentabilidade. Em resumo, a Região Norte possui uma base econômica robusta e diversificada no setor rural, sendo um pilar essencial para a economia local e nacional, com potencial para explorar ainda mais suas capacidades produtivas de forma sustentável (Lobão, 2018).

O que se observa na região é a imperativa necessidade de priorizar políticas públicas voltadas à criminalidade em áreas rurais. É crucial estar atento ao crescente aumento da criminalidade que, comparativamente, tem se intensificado em relação a outras regiões do país. É importante focar nos corredores estratégicos entre as principais cidades dessa área, propondo políticas e ações integradas que objetivem uma atuação conjunta no combate à criminalidade. Reconhece-se que os delitos possuem motivações variadas; por exemplo, crimes contra a vida estão frequentemente associados a interações sociais, enquanto os crimes contra o patrimônio são geralmente influenciados pela situação econômica do indivíduo



(Nascimento *et al.*, 2013).

A Região Norte do Brasil tem enfrentado desafios significativos no tocante à criminalidade em suas áreas rurais. Este fenômeno, que compromete gravemente a segurança, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população, viu um aumento preocupante em 2021. Segundo o Atlas da Violência, a região foi a única no país a registrar uma alta nos assassinatos naquele ano, com um aumento de 10% em relação a 2020, resultando em 5.448 vítimas. A maior parte dessas vítimas eram homens, jovens e negros. Além disso, a violência não se restringe apenas aos homicídios, sendo também manifesta em crimes como conflitos territoriais, trabalho análogo ao escravo e agressões a grupos vulneráveis como indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais (Cerqueira, 2021).

Atualmente, a Região Norte caracteriza-se por um significativo crescimento da criminalidade de natureza violenta, com uma perceptível expansão para áreas interioranas a partir de 2018. Observa-se uma intensa atuação de facções de crime organizado, bem como conflitos intrínsecos entre estas entidades, frequentemente ligados às rotas transnacionais de narcotráfico. Adicionalmente, é notória a confluência de diversas atividades ilícitas, englobando tráfico de entorpecentes, desmatamento, extração não autorizada de madeira, bem como práticas ilegais de garimpo e mineração, e invasões em territórios indígenas. A região ainda enfrenta desafios referentes à desorganização do sistema de registro fundiário e a consequente apropriação ilícita de terras. A escassez de efetivos adequados nas forças de segurança agrava o cenário. Estes desafios, intrinsecamente interligados, amplificam sua gravidade e colocam em xeque a capacidade de intervenção eficaz por parte do Estado brasileiro (IPEA, 2023).

Diversos fatores contribuem para essa escalada de criminalidade. Primeiramente, há a preocupante interligação do narcotráfico com crimes ambientais, como grilagem, garimpo clandestino e desmatamento. Estas atividades ilícitas frequentemente culminam em disputas de terras, conflitos fundiários e graves violações de direitos humanos, além de desencadarem consequências devastadoras para a biodiversidade e os recursos naturais da Amazônia. Em segundo lugar, a Região Norte enfrenta dificuldades logísticas e institucionais. A precariedade em infraestrutura, comunicação e segurança obstaculiza o acesso a serviços essenciais e a atuação eficaz das autoridades. Adicionalmente, a falta de dados oficiais padronizados sobre a criminalidade rural impede um planejamento e avaliação apropriados das políticas de segurança. Isso, sem contar com a geografia da Região Norte, servindo como uma das principais rotas de tráfico no país, atrai a presença e competição de facções criminosas renomadas, como o Comando Vermelho, Família do Norte, Primeiro Comando da Capital e Comando Classe A. A disputa por áreas estratégicas para o escoamento de drogas amplifica a violência e instabilidade, tornando a situação ainda mais desafiadora e urgente (Araújo, 2020).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aplicada neste estudo, conforme delineada por Gil (2010), é fundamentada na pesquisa bibliográfica. Este método consiste na revisão exaustiva de fontes secundárias pertinentes ao tema, possibilitando uma exploração ampla e crítica do conhecimento atual sobre a criminalidade em áreas rurais. A pesquisa bibliográfica assume um papel exploratório, facilitando a familiarização com o problema estudado e contribuindo para o aprimoramento de ideias e geração de novas perspectivas.

Focando especificamente na criminalidade em zonas rurais, o estudo envolveu a análise de diversos materiais, incluindo livros, artigos científicos, relatórios, teses e dissertações. Esses materiais foram predominantemente publicações recentes, dos últimos dez anos, tanto em português quanto em inglês. Para assegurar uma visão holística e bem fundamentada, optou-se por incluir, em certos casos, estudos mais antigos que oferecem insights valiosos e conhecimentos consolidados sobre o tema.

A metodologia empregada permitiu uma análise aprofundada e reflexiva sobre as causas, consequências e abordagens preventivas e repressivas da criminalidade rural, enfatizando a importância da pesquisa bibliográfica na construção do conhecimento científico aplicável em várias áreas de estudo.

Para a realização desta pesquisa, foram utilizadas várias ferramentas e recursos metodológicos. Inicialmente, recorreu-se ao Google Acadêmico para a identificação de literatura relevante. Complementarmente, utilizou-se a Web of Science (WoS) para acesso a uma ampla gama de bancos de dados acadêmicos. Para a representação gráfica dos dados, empregou-se o software Inkscape, um editor de gráficos vetoriais. A gestão e catalogação das referências bibliográficas foram realizadas com o auxílio do Mendeley Reference Manager, assegurando precisão e organização. Além disso, para a conformidade das referências bibliográficas com as normas acadêmicas, foi utilizado o mecanismo online MORE, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina, proporcionando suporte significativo no processo.

Dessa forma, o estudo buscou, através da metodologia baseada em pesquisa bibliográfica, não apenas esclarecer aspectos da criminalidade rural, mas também incentivar novos debates e discussões acerca desta temática.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa bibliográfica destacam que a criminalidade nas áreas rurais é uma questão grave e em ascensão, impactando principalmente trabalhadores rurais com pouca ou nenhuma terra, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e ambientalistas. Os delitos mais recorrentes nestas áreas são os homicídios, ameaças, lesões corporais, roubos, furtos, estupros, sequestros, invasões de propriedade, incêndios criminosos, danos ambientais e crimes contra a fauna e a flora. Tais crimes acarretam sérios danos humanos, sociais, econômicos e ambientais, afetando diretamente o direito à vida, dignidade, terra, trabalho, cultura, saúde e educação dos habitantes rurais, além de contribuir para o aumento da insegurança alimentar, pobreza rural, êxodo rural, desmatamento e degradação ambiental.

Para enfrentar essa realidade nas áreas rurais do norte do país, é necessário um esforço conjunto e articulado entre os poderes públicos, entidades do setor, forças de segurança e a sociedade civil. Entre as medidas propostas estão: aprimoramento na coleta, padronização e divulgação de dados sobre a criminalidade rural; criação ou fortalecimento de delegacias especializadas em crimes rurais; expansão do policiamento preventivo e ostensivo nessas áreas; investimento em tecnologias de monitoramento e comunicação nas propriedades rurais; e promoção de educação e conscientização sobre segurança no campo para produtores rurais e comunidades locais.

A criminalidade em áreas rurais representa um desafio significativo para a segurança pública, especialmente devido à extensa área territorial e à grande parcela da população que reside nestas regiões. A escassez de infraestrutura de segurança, o isolamento geográfico e as dificuldades de acesso à justiça tornam essas comunidades mais susceptíveis à atividade criminosa. A natureza da criminalidade rural difere

daquela em ambientes urbanos, com características como baixa densidade populacional, limitadas oportunidades econômicas e barreiras culturais que desestimulam a denúncia de crimes.

Para uma compreensão efetiva da criminalidade nessas regiões, é essencial aplicar e integrar teorias criminológicas, como a Teoria do Conflito Social, da Oportunidade e da Desorganização Social. Além disso, é crucial considerar fatores socioeconômicos como a desigualdade e a falta de oportunidades, que são fundamentais para entender as causas e consequências do crime rural. Dada a escalada alarmante da criminalidade na Região Norte, com um aumento preocupante nos índices de homicídios em 2021, ressalta-se a necessidade urgente de políticas públicas focadas na segurança dessas áreas.

Estas políticas deverão incluir a cooperação entre diferentes agências, o uso de tecnologias avançadas e o reconhecimento do setor agropecuário como um importante motor econômico. Isso é fundamental para assegurar a proteção das comunidades rurais. Abordar a criminalidade nestas áreas exige uma estratégia abrangente e integrada, que leve em conta os aspectos sociais, econômicos e geográficos específicos de cada região. O foco deve estar na implementação de políticas eficazes e no fortalecimento da segurança rural, conforme evidenciado pelo crescente número de homicídios em 2021.

A pesquisa aponta que a melhoria na coleta, padronização e divulgação de dados sobre crimes rurais é essencial para dimensionar o problema, identificar causas, regiões mais afetadas e os tipos de crimes mais frequentes. Essa ação permitirá elaborar diagnósticos precisos, planejar intervenções e avaliar resultados. Além disso, a criação ou fortalecimento de delegacias especializadas no combate a crimes rurais, equipadas com pessoal capacitado e integração com outras forças de segurança, é crucial. Estas unidades poderiam atuar na investigação, repressão e recuperação de bens roubados ou furtados, além de orientar os produtores sobre como agir em caso de ocorrências.

Outra medida importante é a ampliação do policiamento preventivo e ostensivo nas áreas rurais, com patrulhamento regular, rondas periódicas, pontos de apoio e bases móveis. Isso aumentaria a sensação de segurança, a confiança e a proximidade entre os produtores rurais e os agentes de segurança, facilitando a troca de informações e a denúncia de crimes. O investimento em tecnologias de monitoramento, rastreamento e comunicação nas propriedades rurais, como câmeras, alarmes, cercas elétricas, GPS, drones, rádios e celulares, é também fundamental. Esses dispositivos auxiliariam na prevenção, detecção e comunicação de crimes, bem como na identificação e localização de suspeitos e bens roubados ou furtados.

Finalmente, a promoção da educação, conscientização e mobilização dos produtores rurais e das comunidades locais sobre a importância da segurança no campo é essencial. Isso inclui informar sobre os direitos e deveres dos cidadãos, formas de prevenção e proteção, e canais de denúncia e apoio disponíveis. Essa abordagem poderia estimular a participação social, a cooperação e a solidariedade na defesa do patrimônio e da vida no meio rural.

## 5 CONCLUSÕES

Este estudo aborda a problemática da criminalidade em áreas rurais, destacando os desafios únicos enfrentados devido à vasta extensão territorial e à significativa população residente nessas regiões. A insuficiência de infraestrutura de segurança, o isolamento geográfico, e as dificuldades de acesso à justiça são fatores

que exacerbam a vulnerabilidade dessas comunidades às dinâmicas criminais. A natureza da criminalidade rural, marcada por baixa densidade populacional, escassez de oportunidades econômicas e barreiras culturais, difere significativamente do cenário urbano, levando frequentemente à subnotificação de delitos.

A análise criminológica dessas áreas rurais exige a aplicação e integração de teorias específicas, como a Teoria do Conflito Social, da Oportunidade e da Desorganização Social, em conjunto com a consideração de determinantes socioeconômicos, como desigualdade e falta de oportunidades. Estes aspectos são fundamentais para compreender as causas e consequências do crime rural. O estudo enfatiza a necessidade de políticas públicas eficazes, direcionadas especificamente às necessidades de segurança dessas regiões. A cooperação entre diferentes agências, o uso de tecnologias avançadas e o reconhecimento do setor agropecuário como um motor econômico relevante são essenciais para garantir a segurança das comunidades rurais.

Conclui-se que é necessário ressaltar a urgência de uma abordagem mais abrangente e integrada no enfrentamento da criminalidade rural, considerando os aspectos sociais, econômicos e geográficos específicos de cada região. A implementação de políticas eficazes e o fortalecimento da segurança rural são destacados como cruciais, especialmente diante do aumento alarmante de homicídios na Região Norte em 2021. Este cenário ressalta a importância de ações direcionadas que promovam uma interação efetiva entre as diferentes esferas do poder público e a sociedade civil, visando a criação de um ambiente mais seguro e justo para as populações rurais. A complexidade e gravidade do tema sublinham a necessidade contínua de mais estudos e pesquisas, visando desenvolver estratégias mais efetivas e adaptadas às realidades locais.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. P. DE. **O crescimento das facções criminosas e o aumento da violência na Região Norte do Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso—Augustinópolis: Universidade Estadual do Tocantins, 2020.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 6. ed. [s.l.] Editora Atlas, 2022.

BEATO F., C. C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p. 74–87, jun. 1998.

CARNEIRO, L. DE A. *et al.* Desorganização social e criminalidade violenta. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 17, n. 2, p. 84–105, 1 ago. 2023.

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência**. São Paulo: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2023.

CLARKE, R. V; FELSON, M. **Routine activity and rational choice: Advances in criminological theory**. 2014. ed. [s.l.] Routledge, 1993. v. 5

COHEN, L. E.; FELSON, M. Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. **American Sociological Review**, v. 44, n. 4, p. 588, ago. 1979.

DIAS JUNIOR, A. C. Classe, política e conflito social no capitalismo: a contribuição de Ralf Dahrendorf. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 2, p. 202, 1 dez. 2010.

FBSP. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: [s.n.]. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2023.

FRÓES-JÚNIOR, P. S. M. *et al.* Empreendedorismo e riscos da criminalidade na agricultura urbana: o caso do bairro Curuçambá, Região Metropolitana de Belém. **Conjecturas**, v. 22, n. 6, p. 828–852, 17 jun. 2022.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 9 out. 2023.

IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2024.

INSTITUTO CNA. **Estudo sobre a criminalidade no campo**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/publicacoes/estudo-sobre-criminalidade-no-campo>>. Acesso em: 10 out. 2023.

IPEA. **Conheça as dinâmicas da violência e criminalidade em estados da região Norte: pesquisas do Ipea analisam a situação**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13801-conheca-as-dinamicas-da-violencia-e-criminalidade-em-estados-da-regiao-norte-pesquisas-do-ipea-analisam-a-situacao>>. Acesso em: 6 out. 2023.

LOBÃO, M. S. P. Notas sobre a economia rural da região norte brasileira. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 3, n. 41, p. 199–224, dez. 2018.

MANIGLIA, E. Criminalidade e violência no âmbito rural: críticas e reflexões. **A nova lei agrária**. Curitiba: Juruá, p. 17, 2006.

MARX, K. **O Capital**. Kindle Edition (2015) ed. São Paulo : Boitempo Editorial, 1867. v. 1

NASCIMENTO, D. M. *et al.* **Criminalidade na Amazônia Brasileira: motivação do crime na perspectiva do criminoso apenado em uma cidade média do oeste do estado do Pará, Brasil**. Santarém: [s.n.].

OLIVEIRA, C. A. F. DE; MEDINA, G. DA S.; TEIXEIRA, L. M. S. Política de segurança pública para propriedades rurais: estudo de caso da patrulha rural de Catalão/GO. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 3, p. 204–222, ago. 2022.

PATTI GAULEZ, M.; FERNANDES MACIEL, V. Determinantes da criminalidade no Estado de São Paulo: uma análise espacial de dados em cross-section. **Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia**, v. 8, p. 21, 2015.



PROCÓPIO, G. M. P. R. **A importância do agronegócio na economia brasileira e seu aumento de produtividade nas últimas décadas.** Monografia de final de curso—Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, dez. 2022.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

VIEIRA, J. P. L. **“Como é que a gente fica no campo desse jeito?”: interiorização da criminalidade e a ressignificação do espaço rural na Microrregião de Viçosa—MG.** Dissertação—Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 5 jul. 2019.

VIEIRA, J. P. L. *et al.* **“ANTIGAMENTE NÃO TINHA ISSO NÃO!”: CRIMINALIDADE, MIGRAÇÕES E A RESSIGNIFICAÇÃO DO RURAL NA ZONA DA MATA MINEIRA.** *Geo UERJ*, n. 38, p. e43841, 11 mar. 2021.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** V ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. v. 2

WEISHEIT, R. A.; FALCONE, D. N.; WELLS, L. E. Rural Crime and Rural Policing. **Research in Action**, p. 15, 1994.